

FORMULÁRIO DE CANDIDATURA A PROCEDIMENTO CONCURSAL

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

Código da publicitação do procedimento
Diário da República / BEP (Bolsa de Emprego Público)

Aviso n.º _____ / _____
BEP OE _____

CARACTERIZAÇÃO DO POSTO DE TRABALHO

Carreira: _____ Categoria: _____

Área de atividade _____

CTFP por Tempo Indeterminado

CTFP a Termo Resolutivo Certo

CTFP a Termo Resolutivo Incerto

1. DADOS PESSOAIS

Nome completo:

Data de nascimento: Sexo: Masculino Feminino

Nacionalidade

N.º de Identificação Civil: Validade:

Endereço Postal:

Código Postal: Localidade: _____

Concelho de residência:

Telefone: Telemóvel:

End. Eletrónico:

"Declaro, sob compromisso de honra, que autorizo ser notificado/a por endereço eletrónico e contactado/a via telefone/telemóvel (ao abrigo do disposto nos artigos 63.º e 112.º do Código de Procedimento Administrativo, na sua redação atual)."

Sim Não

2. NÍVEL HABILITACIONAL OU NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO

Assinale o quadrado apropriado:

01 Menos de 4 anos de escolaridade	<input type="checkbox"/>	08 Bacharelato	<input type="checkbox"/>
02 4 anos de escolaridade (1.º ciclo do ensino básico)	<input type="checkbox"/>	09 Licenciatura	<input type="checkbox"/>
03 6 anos de escolaridade (2.º ciclo do ensino básico)	<input type="checkbox"/>	10 Pós-Graduação	<input type="checkbox"/>
04 9.º ano (3.º ciclo do ensino básico)	<input type="checkbox"/>	11 Mestrado	<input type="checkbox"/>
05 11.º ano	<input type="checkbox"/>	12 Doutoramento	<input type="checkbox"/>
06 12.º ano (ensino secundário)	<input type="checkbox"/>	13 Curso de especialização tecnológica	<input type="checkbox"/>
07 Curso tecnológico /profissional/ outros (nível III/IV/V)	<input type="checkbox"/>	00 Habilitação ignorada	<input type="checkbox"/>

2.1 Refira o curso e/ou área de formação:

2.2 Indique o curso de pós-graduação, mestrado ou doutoramento (e junte o respetivo comprovativo documental):

2.3 Identifique o título profissional (só preencher caso se aplique):

3. SITUAÇÃO JURÍDICO/ FUNCIONAL DO TRABALHADOR

3.1 Titular de vínculo de emprego público?

Sim Não

3.2 Em caso negativo passe diretamente ao **ponto 4** deste formulário.

Em caso afirmativo, especifique qual a sua situação:

3.2.1 - Nomeação	Definitiva	
	Transitória por tempo determinado	
	Transitória por tempo determinável	
3.2.2 - Contrato	Tempo indeterminado	
	Termo Resolutivo Certo	
	Termo Resolutivo Incerto	

3.2.3 - Situação atual	Em exercício de funções	
	Em licença	
	Requalificação	
	Outra	

3.2.4 Órgão ou serviço onde exerce ou por último exerceu funções:

3.2.5 Carreira e categoria detidas:

3.2.6 Atividade exercida ou que por último exerceu no órgão ou serviço:

3.2.7 Avaliação de desempenho (últimos três anos):

Ano/Ciclo de Avaliação	<input type="text"/>	Menção quantitativa	<input type="text"/>
Ano/Ciclo de Avaliação	<input type="text"/>	Menção quantitativa	<input type="text"/>
Ano/Ciclo de Avaliação	<input type="text"/>	Menção quantitativa	<input type="text"/>

4. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FUNÇÕES EXERCIDAS

4.1 Funções exercidas, diretamente relacionadas com o posto de trabalho a que se candidata:

Funções	Data	
	Início	Fim

4.2 Outras funções e atividades exercidas:

5. FORMAÇÃO OU EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL SUBSTITUTIVA DO NÍVEL HABILITACIONAL EXIGIDO

5.1 No caso de a publicação permitir a candidatura sem o grau académico exigido, indique a formação ou experiência profissional substitutiva.

6. OPÇÃO POR MÉTODOS DE SELEÇÃO

Se é titular da categoria e se encontra a exercer funções idênticas às do(s) posto(s) de trabalho publicitado(s) ou, encontrando-se em requalificação, as exerceu por último e pretende usar da prerrogativa de afastamento dos métodos de seleção, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 36.º da LTFP, na sua redação atual, assinale a seguinte declaração:

"Declaro, sob compromisso de honra, que afasto os métodos de seleção **avaliação curricular** e **entrevista de avaliação de competências**, e opto pelos métodos **prova de conhecimentos** e **avaliação psicológica**".

7. REQUISITOS DE ADMISSÃO

"Declaro, sob compromisso de honra, que reúno os requisitos previstos no **artigo 17.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual**, e os requisitos exigidos na **alínea d) do n.º 1 do artigo 13.º da Portaria n.º 233/2022, de 09 de setembro**."

Sim

Não

8. NECESSIDADES ESPECIAIS (A preencher exclusivamente por candidatos portadores de algum tipo de deficiência)

8.1 Caso lhe tenha sido reconhecido, legalmente, algum grau de incapacidade, deve ser apresentada declaração do respetivo grau de incapacidade e tipo de deficiência, bem como dos elementos necessários a garantir que o processo de seleção do candidato se adequa, nas suas diferentes vertentes, às capacidades de comunicação/expressão, em conformidade com o previsto na alínea f) do n.º 1 do artigo 13.º da Portaria n.º 233/2022, de 09 de setembro.

"**Declaro**, sob compromisso de honra, que reúno as condições necessárias para desempenhar **TODAS** as funções identificadas na caracterização do posto de trabalho."

Sim

Não

9. DECLARAÇÃO (alínea g) do n.º 1 do artigo 13.º da Portaria n.º 233/2022, de 09 de setembro)

"Declaro, sob compromisso de honra, que são verdadeiros todos os factos e informações acima prestados".

10. INFORMAÇÃO AO TITULAR DE DADOS PESSOAIS (artigos 13.º e 14.º do RGPD)

O Município de Oeiras, pessoa coletiva de direito público n.º 500 745 943, com sede em Oeiras, no Edifício dos Paços do Concelho, sito no Largo Marquês de Pombal, é o responsável pelo tratamento dos dados pessoais recolhidos no presente formulário para efeito de apresentação de candidatura a procedimento concursal de recrutamento.

Nos termos do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, aprovado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril (RGPD), informa-se o seguinte:

Os dados pessoais recolhidos no âmbito do presente formulário serão tratados pelo Município de Oeiras no âmbito das suas atribuições e competências em matéria de Recursos Humanos, designadamente para efeito de tramitação de procedimentos concursais de recrutamento e seleção.

O fundamento jurídico para o tratamento dos dados ora recolhidos assenta no cumprimento de obrigações jurídicas legalmente previstas na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e na Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, que regulamenta a tramitação do procedimento concursal de recrutamento.

A licitude do tratamento de dados encontra fundamento legal, nas alíneas b), c), e) e f) do n.º 1 do artigo 6.º do RGPD, designadamente no consentimento prestado pelo titular dos dados para tratamento de dados pessoais relativos a saúde, na necessidade de cumprimento de obrigações jurídicas em matéria de recrutamento de pessoal, na eventual necessidade de realização de diligências pré-contratuais para estabelecimento do vínculo de emprego público, ou na realização de outros interesse legítimos, designadamente para tratamento estatístico de dados pessoais.

São ainda aplicáveis ao tratamento dos dados pessoais recolhidos no presente formulário as disposições previstas na Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, bem como na Lei n.º 59/2019, de 8 de agosto, que aprovou as regras relativas ao tratamento de dados pessoais para efeitos de prevenção, deteção, investigação ou repressão de infrações penais ou de execução de sanções penais, transpondo a Diretiva (UE) 2016/680 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016.

O Município de Oeiras é a entidade responsável pelo tratamento dos dados, não os utilizando para qualquer outra finalidade que extravase as finalidades de tratamento de dados anteriormente referidas.

Os dados recolhidos são conservados pelo prazo de 5 anos, de acordo com o Regulamento Arquivístico das Autarquias Locais, aprovado pela Portaria n.º 412/2001, de 17 de abril, na redação dada pela Portaria n.º 1253/2009, de 14 de outubro.

Os direitos de acesso, retificação, oposição, limitação, apagamento e portabilidade dos dados pessoais podem ser exercidos através do endereço de email: epd@oeiras.pt, sem prejuízo do direito do titular apresentar reclamação a uma autoridade de controlo, nomeadamente à Comissão Nacional de Proteção de Dados (www.cnpd.pt).

Para informações adicionais, consulte a política de privacidade do Município de Oeiras, disponível em <https://www.oeiras.pt/politica-privacidade>.

"Declaro, sob compromisso de honra, que tomei conhecimento da informação sobre o tratamento de dados pessoais constante do presente formulário, bem como da Política de Privacidade do Município de Oeiras."

Localidade: _____ **Data:** _____

Assinatura _____

Documentos que anexam à candidatura:

Currículo

Certificado de habilitações

**Comprovativos de formação
(Quantidade _____)**

**Declaração a que se refere a alínea
d), n.º 1, Artigo 13.º da Portaria n.º
233/2022, de 09 de setembro (*)**

**Declaração a que se refere a alínea
f), n.º 1, Artigo 13.º da Portaria n.º
233/2022, de 9 de setembro (**)**

Outros:

(*) Identificação do vínculo de emprego público detido, quando exista, bem como da carreira e categoria de que seja titular, da posição remuneratória que detém nessa data, da atividade que executa e do órgão ou serviço onde exerce funções.

() Relativa ao respetivo grau de incapacidade e tipo de deficiência**, caso lhe tenha sido reconhecido, legalmente, algum grau de incapacidade.